

**ECOS DE *BLASPHEMIAS E RANGER DE DENTES*: TRAJETÓRIAS
MIGRANTES CEARÁ-AMAZÔNIA E O OFÍCIO DOS PAROARAS.
(1852-1877)**

Antônio Alexandre Isidio Cardoso¹

RESUMO

O estudo das migrações empreendidas entre a província do Ceará e a Amazônia entre 1852 e 1877 é o foco deste artigo. Tratar-se-á da complexidade deste movimento migratório enfatizando as ações e intervenções dos migrantes como sujeitos da História, percebendo as vicissitudes de suas experiências engendradas no bojo das travessias. Nesse sentido, analisar-se-á juntamente com a conjuntura econômica e política associada a tal processo, a trajetória dos Paroaras, migrantes que deslocavam-se entre o Ceará e a Amazônia nos oitocentos, responsáveis pela publicização do mundo da amazônico no sertão cearense, com o objetivo de arregimentar patrícios para a labuta nos domínios amazônicos.

Palavras-chave: Migrações – Trajetórias – Representações - Amazônia

Meu velho, disse elle, nada mais simples, pago por você todas as despezas, que aqui necessitar fazer; dou-lhe o dinheiro que quizer: pago-lhe a passagem até o ponto do nosso sirungal: quando lá chegarmos lhe darei pelos preços correntes os aparelhos para o trabalho da siringa, e toda a sustentação precisa. Olhe que nada lhe faltará. *Repliquei, e por tanta bondade o que lucra V.S.?* Respondeu-me sorrindo, - uma pequena porcentagem, que não valle a pena falarmos agora nisso. Acreditei piamente em suas palavras, e com todos os demais companheiros agradecemos-lhe tão phylantrópicos favores.¹

O trecho acima advém de uma carta que teve como autor um “Caboclo Velho”, que enviara seus testemunhos para o jornal Cearense em 1873 informando sobre sua travessia entre a província do Ceará e os seringais do rio Purus. No entanto, esta documentação foi localizada no jornal *Retirante* em 1877, como uma *transcrição* de edições do Cearense de 1873, que apesar de pesquisadas não apresentam registro das missivas. Por isso, não foram localizados registros que comunicassem maiores informações sobre a procedência das cartas e nem de seu autor, o *Caboclo Velho*.

Segundo o editorial do *Retirante* são ao todo três cartas, das quais, as duas ultimas, foram transcritas em Agosto 1877 no próprio jornal, visando alertar os migrantes que chegavam a Fortaleza no período da seca no que diz respeito ao falso fausto amazônico. Portanto, mesmo sem saber com clareza a origem desse documento (ou mesmo algo sobre seu autor), ao analisá-lo são notórias as reflexões sobre a

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará, bolsista do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Contato: alexandricardoso@gmail.com

experiência migrante, pois o “Caboclo Velho” descreve com minúcia sua travessia, desde pontos de parada até o contato com os companheiros na viagem, além das negociações com o *Paroara*, a estada na Amazônia e o extenuante trabalho nos seringais. Ao unir esses indícios revela-se um corpo documental de imensa valia para esta pesquisa, e para outras que se interessem sobre o estudo das migrações a partir da província do Ceará nos oitocentos.

Nesse sentido, dar-se-á ênfase a análise das sutilezas do *Paroara*, que arregimentou o Caboclo Velho para os seringais do Purus. É forçoso questionar quais as artimanhas deste emissário dos seringais para com os trabalhadores. Quais tipos de argumentos ele utilizava? Qual a natureza dos “phylantrópicos favores” cedidos pelo *Paroara*?

É perceptível que este sujeito estava disposto a fornecer crédito aos migrantes, pagando desde a passagem, “o dinheiro que quizer”, até a chegada no seringal, disponibilizando “os aparelhos para o trabalho da siringa, e toda a sustentação precisa”. Dessa forma, os migrantes chegavam ao seringal endividados, tendo como único recurso sua força de trabalho. Eram qualificados ainda como *brabos*, ou seja, desconhecedores da faina do “ouro negro”, tendo que trabalhar fustigados pelas dívidas, que só aumentavam devido aos altos preços praticados no armazém do próprio seringal, salvaguardado pelo isolamento da floresta e pela coerção aos trabalhadores endividados.

Esta conjuntura fazia parte da grande cadeia do *aviamento*² praticado na região amazônica desde tempos muito recuados, e que chegava a província do Ceará através dos *Paroaras*. Estes homens podem ser considerados elementos de ligação da economia amazônica (onde havia carência de mão-de-obra) com os mundos do trabalho do Ceará, onde eram vaporizadas as promessas de melhoria de uma região sem carências, farta, contida na floresta. Porém, o sedutor mundo das águas e da borracha ministrado pelo *Paroara* aos migrantes era substituído pelo repulsivo cotidiano de dívidas em meio a floresta, vivenciado num regime de trabalho altamente coercitivo nos seringais, sem falar nas doenças, e nos perigos enfrentados diariamente no ambiente ainda pouco conhecido. A união desses fatores levou o migrante “Caboclo Velho”, em outro trecho de sua carta, a levantar a voz contra os *Paroaras*, arrependendo-se da decisão de seguir para a Amazônia em 1873:

Então com ambas as mãos na calva dizia: Oh! meu Deus, como é que em tão poucos dias me acho forçadamente a dever 600\$000 reis, será possível que eu me possa libertar mais nunca?! No Ceará ninguém acreditar-me-há, entretanto isso é a pura verdade, e esta é a história de todos os cearenses que para cá tem vindo.

Depois atormentado pelas densas nuvens de piuns (mosquitos venenosos) e carapanãs (muriçocas), que de dia e de noite me faziam desesperar em completa allucinação comecei a gritar: - malditos sejam os *Joãos Gabriéis, Pinheiros, Duartes, Telles, Severianos, Nogueiras*, e toda essa infame súcia de pérfidos cearenses que com as mais descaradas mentiras tem ido iludir seus incautos patrícios para aqui vil-os a mais cruel e miserável escravidão.³

Os “pérfidos” cearenses, portadores de “descaradas mentiras” são o alvo das críticas do “Caboclo Velho”. Estes sujeitos lucravam com a ida de seus patrícios, demonstrando a complexidade das relações entre os próprios migrantes, que no seu conjunto apresentavam diferenças sociais entre si.

Seguindo a análise do documento, percebe-se que o desespero do Caboclo é finalmente externado com gritos direcionados aos homens que certamente estavam entre os Paroaras conhecidos à época no Ceará. Esta afirmação é possível porque se encontra o nome de “João Gabriel”, migrante cearense que estava em território amazônico desde 1854, largamente envolvido com a arregimentação de trabalhadores para a Floresta.

Dessa maneira, há um esboço de quem eram os possíveis Paroaras naqueles tempos, migrantes *diferentes* da maioria, o que aponta, mesmo superficialmente, trajetórias distintas entre os envolvidos com o fluxo migratório, negados, portanto, como “massa” amorfa e homogênea. Para um melhor entendimento desse quadro é interessante analisar as experiências do cearense João Gabriel de Carvalho e Melo, que movimentou-se diversas vezes entre as duas regiões, sendo responsável por *internar* na floresta muitas levadas de migrantes.

João Gabriel sai do Ceará em 1847, deixando família e filhos, os caminhos desse emigrante passam primeiramente pelo Piauí, indo na direção do Maranhão, onde fixou residência no lugar chamado “Chapada”, permanecendo até 1853. “Tendo deixado família ilegítima seguiu dali para São Luiz, onde pouco demorou”⁴, receando a violência por parte da família da companheira que pressionava o casamento.

Estas referências sobre a vida de João Gabriel foram estudadas pelo membro do Instituto Histórico do Ceará, Soares Bulcão, que produziu dois artigos nos anos 1930

onde anexou cartas escritas por João Gabriel, discorrendo sobre suas migrações entre a província do Ceará e a Amazônia.

São duas as cartas transcritas por Bulcão, a primeira escrita em Belém e datada de 22 de setembro de 1854 endereçada ao Pai de João Gabriel, e a segunda redigida em “Manáos” em 08 de novembro de 1858 endereçada a esposa de João Gabriel. Segundo Soares Bulcão, que afirma no texto ter os “originaes” desses documentos, a primeira carta foi “dictada” pelo migrante, contendo somente sua assinatura ao final, e a segunda foi escrita a próprio punho. A crença de Bulcão é reforçada ao analisar as últimas palavras da segunda carta que dizem: “São 11 horas da noite e não sei bem o que estou escrevendo, portanto leia quem souber”⁵.

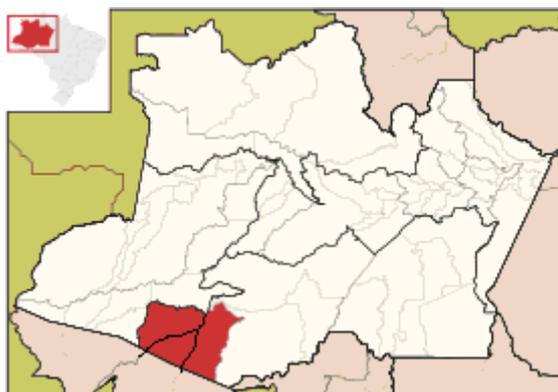
Desse modo, no espaço de 4 anos que separam o envio das duas cartas é possível afirmar que João Gabriel adquiriu ou aperfeiçoou a habilidade da escrita, e com isso é interessante questionar o que motivou o migrante a aprender a redigir. Bem, a resposta a este problema pode ser encontrada no fato de João Gabriel ter, nos primeiros anos de sua estada na Amazônia, sobrevivido através do comércio de regatão, como uma espécie de “mascate” que deslocava-se dos núcleos urbanos às comunidades ribeirinhas aviando estas populações. Ao subir os rios e se distanciar dos centros de distribuição das “fazendas” João Gabriel teve nas cartas uma forma mais barata de conseguir seus produtos nas casas comerciais de Belém e “Manáos”, pois seu deslocamento implicaria em maiores gastos.

Esta dedução é possível ao analisar-se a escrita de um artigo de José Carvalho, quando membro do Instituto Histórico do Ceará, chamado “O matuto cearense e o caboclo do Pará”, onde o autor discorre sobre a trajetória de João Gabriel e salienta o envio de cartas deste migrante as “casas aviadoras de Belém”. Inicialmente o estudo de José Carvalho foi publicado no jornal Unitário em 1917⁶. Um trecho do texto de José Carvalho discorre sobre a trajetória de João Gabriel, configurado nas seguintes palavras:

Foi, então, que o arrojado aventureiro escreveu ao seu correspondente, aviador, uma carta avizando-o da exploração, e, ao mesmo tempo, lhe pedia um carregamento de mercadorias que deviam ser destinadas – caso o vapor pudesse chegar até lá – à Bocca do Aquiry. (...)

No escriptório em Belém, o empregado da correspondência passou, por certo, um bom quarto de hora a decifrar os hieróglyphos e mistérios orthográficos da missiva commercial. Compreendeu-lhe, afinal, a significação, destrinçou-lhe (sic) o sentido e communicou ao chefe da casa os desejos e pedidos do aviado do Purus – João Gabriel.

Um vocábulo, porém, da carta ficou sem significação – era o nome do rio. E como era preciso que seguissem as mercadorias, ficou decidido que o tal nome indecifrável ficaria sendo, condicionalmente, “A Bocca do rio Acre”.⁷



A região que ficou conhecida como “Boca do Acre” fica na confluência dos rios Acre e Purus. Atualmente localiza-se no estado do Amazonas.⁸

Desse modo, pode-se acompanhar retratos da trajetória de João Gabriel, que segundo José Carvalho graças aos “mistérios orthográficos” do texto da carta, e conseguinte dificuldade de interpretação entre os aviadores, dera conhecimento do lugar de exploração como “Bocca do Acre” ao invés de “Aquiry”, destino das mercadorias pedidas. A distância dos centros aviadores, como já foi salientado, provavelmente protagonizou a necessidade das “missivas comerciais”, cartas que viabilizaram também interesses para além do mercado, posto que depois de vários anos distante o cearense enviou notícias a família também através de correspondências.

É importante, pois, estudar o texto das cartas endereçadas aos parentes do migrante, que foram tecendo a ligação dos familiares com o mundo amazônico, além de comunicar também a terceiros, curiosos sobre destino do homem a tanto tempo desaparecido. Nesse sentido, analisa-se a primeira carta transcrita por Soares Bulcão (ditada, mas assinada pelo migrante), endereçada ao pai de João Gabriel, que disserta sobre sua chegada e impressões, falando sobre seus objetivos de trabalho, preço de passagens, distancias, além do receio para com as doenças ainda desconhecidas e fatais. Segue a carta na íntegra:

Meu amantíssimo pae,

Pará 22 de Setembro de 1854.

Primeiro que tudo estimo que Vmce. Minha mãe e toda nossa família estejam logrando saúde; e Vmces. me deem sua benção.

No dia 17 do corrente aqui cheguei sem novidade. Está ancorado no Porto desta cidade o Vapor Rio Negro, em que devo seguir para a cidade de mesmo nome, Província do Amazonas onde pretendo estar até dia 10 de outubro vindouro. Tenho tido nesta cidade mui má informação do commercio daquella, e se for como me affirmão, logo que desponha as fazendas que levo, voltarei; é muito longe, e são grandes as despezas; só a minha passagem custa 200\$000 reis, e por cada conto de reis de fazendas serão nunca menos de 100\$000, isto é, vindas do Maranhão como as minhas.

Não me recomendo ahi a ninguém, porque o curto período de 7 anos já gastou a lembrança delles para com este aventureiro; mas eu ainda me lembro de 8 que são: o Illmo. Sr. José Gabriel de Mello, a Snra. Da. Rosa Maria de Jesus; a Snra. Da. Mariana Paz de Ávila e Mello, a Illma. Da. Antonia de Carvalho e Mello, o Sr. Meu innocente filho José Mariano de Mello, a Snra. Francisca Antonia da Palma, Antonio Paz de Ávila e Jacinta Maria de Jesus; quanto eu não desejo saber das brilhanturas desse illustre Povo, mas quem quereria se dar ao trabalho, de com a pena na mão estudar os decorridos de uma largo período para dar noticias a um aventureiro. Ninguem!

V.mcês, roguem por mim, que com a ajuda do mesmo Deus pretendo dar a vocemecês com o que passarem o resto de seus dias.

Adeus meus queridos Pais. Abenção. Aceitem o coração do obidiente filho João.

N. B. Estou bastante aterrado de medo nesta cidade, por haver nela bexiga verdadeira e febre amarela; porém Deus é grande. É bastante doentio este canto do mundo; hoje 25 corrente fico de saúde.

Seu Filho João.”⁹

O migrante comunicava a família seu trânsito na bacia amazônica a bordo do “Vapor Rio Negro” dando ênfase ao seu deslocamento para cidade “do mesmo nome”, sem deixar de salientar a carestia das passagens. Nesse quadro, pode-se perceber que João Gabriel interagia com as possibilidades abertas com a navegação a vapor, subindo os rios visando vender suas “fazendas”, e assim, tendo condições de conhecer mais sobre os caminhos amazônicos. Os impactos causados com a mudança de região, com a chegada no território amazônico, são registrados por João Gabriel dando ênfase ao caráter “bastante doentio” daquelas paragens, ou seja, além das possibilidades que se abriam perante aquela nova fronteira econômica do século XIX, também saltava aos olhos possíveis problemas, “por haver bexiga verdadeira e febre amarela”. Além disso, João Gabriel deixa o indicativo de voltar ao Ceará, ou pelo menos ajudar financeiramente a família com seus ganhos, pois afirma que pretendia dar aos parentes “com o que passarem o resto das vidas”.

Segundo Bulcão, nos anos de 1855 e 1856, João Gabriel residiu nas margens do rio Negro, sobrevivendo através do *comércio de regatão*, como salientado antes, uma

atividade a base de trocas, que funcionava ao longo dos rios, onde eram transportadas mercadorias entre as comunidades ribeirinhas e os povoados da floresta.

Em 1857 João Gabriel juntamente com 40 famílias arregimentadas na região amazônica (de acordo com Bulcão vindas de outras províncias, incluindo a do Ceará desde 1845) seguiram em direção ao rio Purus, onde existia uma maior concentração de seringais. Essa decisão é narrada na sua segunda carta, desta vez endereçada a sua esposa que havia ficado no Ceará. Segue abaixo um trecho da missiva:

Mariana,

8 de Novembro de 1858

A 5 de Abril do ano passado segui desta cidade para o rio Purus, que fica para as partes da Bolívia; (...) no dia 7 de Setembro do mesmo ano saltei no Itapá adonde descarreguei o meu barco, conduzindo para aquelle lugar 40 famílias para ali tirarmos os gêneros seguintes: seringa, salsa, óleo de copahíba, e outros gêneros¹⁰.

Percebe-se que João Gabriel cada vez mais adentrava a bacia amazônica, e nesse momento, em 1857, já não é possível afirmar que o migrante sobrevivesse a partir do comercio de regatão, pois sua preocupação agora estava em, juntamente com aquelas 40 famílias, extrair “os seguintes gêneros: seringa, salsa, óleo de copahíba” objetivando colocar esses produtos no mercado. Além disso, tem-se aí um exercício da postura de Paroara, salvo pelo detalhe de que João Gabriel ainda não tinha voltado a sua terra em busca de trabalhadores.

Seguindo a trilha deste sujeito, é de grande importância o registro de seu retorno ao Ceará. Levando-se em conta que após se estabelecer em território amazônico, e provavelmente acumular algum capital, João Gabriel voltou a sua terra natal, não com o intuito de fixar novamente residência na província, mas de arregimentar trabalhadores para a labuta nos seus domínios na Amazônia. A passagem de João Gabriel pela cidade de Fortaleza foi registrada com entusiasmo pelo jornal *Cearense*, em 26 de Outubro de 1869, ganhando destaque em seu *Noticiário*, configurado nas seguintes palavras:

Noticiário

Chegara no vapor Madeira de volta desta província o Sr. João G. de C. e Mello levando em sua companhia, afora a sua, mais 5 famílias em número de 53 pessoas afim de seguir para o Purus onde o Sr. Mello tem sua Barraca, para com estas pessoas crearem um povoado afim de desenvolverem e dar incremento necessário, pelo meio e actividade do homem, predicados estes que é muito reclamado¹¹.

A incursão de João Gabriel a província do Ceará é abordada pela folha com entusiasmo, tratando-o como patricio bem aventurado, que objetivava juntamente com seus “irmãos” “crearem um povoado afim de desenvolverem e dar incremento necessário, pelo meio e actividade do homem”. Certamente o migrante dava ciência aos seus conterrâneos sobre as *possibilidades* abertas na Amazônia aos que se dedicassem ao trabalho em sua companhia. Ele próprio configurava-se como um *exemplo*, como o vizinho que retornou a sua terra natal narrando seus sucessos, não para ficar, mais sim no intuito de que outros seguissem seu caminho. A eficácia do discurso do Paroara estava na sua proximidade e conhecimento das demandas dos problemas existentes entre os trabalhadores, e era aí onde ele entrava e aplicava seu discurso, referenciado em representações positivas forjadas sobre o mundo amazônico.

Na tarefa de ilustrar esse contexto, para Rodolfo Teófilo em sua obra literária *O Paroara*, homens como João Gabriel buscavam imprimir no imaginário dos sertanejos um mundo das águas *fabuloso*, um lugar onde não existiam carências alimentares, onde um “homem forte do sertão” não teria dificuldades de enriquecer numa “terra mole”, facilmente domada pelo braço acostumado a falta de chuvas. No entanto, todas essas cores borravam a partir na entrada no vapor, o mundo das águas já começava a provocar estranhamento no ato do embarque com a imensidão oceânica, além da parca alimentação¹².

A viabilidade dessa argumentação pode ser conferida a partir da trajetória de João Gabriel enquanto Paroara, que ao movimentar-se entre a província do Ceará e a região amazônica trazia aos seus conterrâneos a idéia duma terra de promessa, onde ele próprio conseguiu prosperar depois de alguns anos de trabalho. Essa problemática indica que João Gabriel está situado entre os que adquiriram algum patrimônio, ou seja, entre a minoria que conseguiu estabelecer-se no território amazônico e retornar a província do Ceará anos depois, porém, sem o indicativo de fixar residência, e sim com o objetivo de arregimentar trabalhadores para a labuta nos seus domínios na Amazônia. Esse quadro pode ser analisado a partir das palavras de João Wilkens de Mattos, Presidente da província do Amazonas em 1870:

Do Ceará, o cidadão João Gabriel de Carvalho e Melo trouxe uma colônia de 53 cearenses para o rio Purus. Chegou a este porto à bordo do Vapor Madeira, no dia 4 de Outubro de 1869. Sendo este bello esforço daquele cidadão, que procura alargar os horizontes da indústria extractiva em que se emprega ha tantos anos, prestei-lhe todos os auxílios para facilitar o transporte da colônia ao seu destino¹³.

É interessante notar a importância que as atividades de João Gabriel tinham para o governo provincial do Amazonas, a ponto deste fazer alusão a sua determinação em “alargar os horizontes da indústria extractiva”, que se tornou possível graças ao quadro de mão-de-obra formado, sobremaneira, por emigrantes advindos do Ceará, lugar de onde o “cidadão João Gabriel trouxe uma colônia de 53 cearenses”. Neste quadro também se pode situar a presença do Estado em auxílio aos interesses do Paroara, que dava subsídios quanto ao transporte desses emigrantes, isto levando-se em conta que os governos provinciais da região amazônica também tinham interesses na propagação das migrações rumo a Floresta, embora apoiando majoritariamente o emprego destes sujeitos na agricultura.

É necessário salientar que João Gabriel de Carvalho e Melo foi um sujeito *que fugiu a regra*, figurando entre uma minoria que prosperou economicamente, estabelecendo-se enquanto proprietário de terras na região que atualmente corresponde ao estado do Amazonas. É importante, pois, que sua experiência *documentada* enquanto migrante seja confrontada às experiências silenciosas da maioria. Assim, a trajetória de João Gabriel nos serve como uma espécie de *janela*, que facilita a observação analítica da maioria oculta dos documentos oficiais.

Alguns desses migrantes silenciados na documentação e que seguiram o Paroara João Gabriel rumo a Amazônia tiveram seus nomes registrados, e citados na obra de Artur Cezar Ferreira Reis – O Seringal e o Seringueiro – onde o autor disserta sobre dois momentos de retorno do migrante a província do Ceará em busca de trabalhadores, contudo, infelizmente Ferreira Reis não divulga no trabalho suas fontes, de onde provavelmente se poderia extrair mais informações sobre estes trabalhadores migrantes. Segue abaixo as informações levantadas pelo autor:

Carvalho e Melo, com uma nova leva de dezesseis cearenses de Uruburetama à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea, foi o iniciador dessa ocupação. Aviado da firma paraense “Elias J. Nunes da Silva”, Carvalho e Melo, viajando no “Anajaz”, do comando do piloto Simplício Gonçalves, chegou a 3 de Abril de 1877 á boca do Aquirí, onde deu desembarque, lugar chamado Anajaz, pouco acima da bôca do Acre, à margem direita do alto Purus. Seus companheiros eram: Francisco Inácio Pinto, Alexandre de Oliveira Lima, Francisco Chagas Souza, José Joaquim de Matos, Monoel Paes D’ávila, Quirino José Uchoa, Antonio Pereira de Santana, Manoel Tombador, José Francisco Catuaba, Manoel Nobre, Francisco Xavier Barbosa, Ricardo Pompeu, Ricardo Carneiro, Antonio Clemente, João Terço de Graciano de tal. (...)

No ano seguinte, em fevereiro, Carvalho e Melo trazia, no vapor “Tapajoz”, outro grupo de doze emigrantes que se foram distribuindo, como os anteriores, pelas margens do Aquirí e do alto Prus. Chamavam-se: José Duarte de Negreiros e seus filhos José e Vicente Duarte, Francisco Seleiro, Alexandre de Melo, Antonio Severiano, Joaquim Raimundo, Joaquim Francisco, Benedito Pereira de Matos, Francisco Pinheiro Bastos e os irmãos Antonio e Adelino Catunda.¹⁴

Estas pessoas seguiram o Paroara envoltos num período de forte estiagem (principalmente os de 1878), momentos em que os problemas dos sertanejos foram maximizados, quando as alternativas de sobrevivência escasseavam. As promessas do emissário amazônico ganhavam eco diante das dificuldades enfrentadas pelos mais pobres, que enxergavam a Amazônia através das palavras do Paroara, como uma espécie de antítese de um Ceará de estiagens, de dificuldades, onde o trabalho poderia render prosperidade rapidamente. Esse quadro ganha vigor pelo forte apelo do *rush* gomífero, que nas últimas décadas do século XIX foi o motor da economia amazônica, alimentada pelas movimentações de migrantes também vindos do Ceará, e por via dos Paroaras.

Desse modo, a face de um “eldorado” atraía muitos, a árvore do “ouro negro” era promovida como fonte de sobrevivência (quicá de enriquecimento rápido e fácil) e, assim, as esperanças foram dando forças a travessia, e um longo caminho foi sendo percorrido por milhares de cearenses rumo a Floresta. Mas, até que ponto esta imagem de um “eldorado” se sustentava? Entre a fala do Paroara e o contato com o mundo amazônico quais foram as diferenças encontradas? Quais são as rupturas e permanências vividas por essas pessoas no decorrer de seu trajeto? Afinal, O que sobrevive do “eldorado” diante de um “inferno verde”?

NA TRILHA DE SONHOS E SOFRIMENTOS: AS TRAMAS DO *ELDORADO* NO *INFERNO VERDE*.

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta.

Eu resisto à violência dos estupradores...

Mas enfim (sic), o inferno verde, si é a gehenna de torturas, também é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrantes, humildes e pobres *pionniers* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger os dentes.¹⁵

A mediação entre as trajetórias migrantes e as representações construídas sobre a região amazônica são o foco do presente problema. Com isso, considera-se que a mistura de imagens, de experiências no percurso das travessias entre o Ceará e a Amazônia convergiram, em linhas gerais, para a constituição e constante reelaboração de dois conceitos, estes antagônicos, dissonantes, quais sejam, *Inferno Verde* e *Eldorado*. A atenção a este processo histórico deve levar em conta a fugacidade das imagens produzidas, movimentadas e interligadas ao eco das *blasphemias e ranger de dentes* dos homens e mulheres sujeitos das migrações. Outros fatores, como os discursos oficiais, imprensa e literatura, também contribuíram para com o forjar-se dessas representações da Amazônia.

Nesse sentido, é importante salientar que quando tratamos do estudo das representações em História não é possível empreender uma análise que congele seu constante entrecruzar-se, remodelar-se, em sintonia com as mudanças e permanências de vidas, de trajetórias na História. Por isso é importante não esquecer, como nos alerta Raymond Williams, que “os conceitos dos quais participamos não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”¹⁶.

É dialogando com este olhar que se analisa a escrita de Alberto Rangel, que em sua obra literária, *Inferno Verde*, trata do desvanecimento de esperanças, de sonhos, contidos nas possibilidades de sobrevivência abertas e publicizadas sobre o território amazônico no século XIX. Destaca-se, para tanto, nesta introdução a *fala da própria floresta* elaborada por Rangel, que discorre sobre as agruras dos que buscaram explorá-la, compreendida como inferno para uns ou como “mansão de esperanças” para outros, distinguindo, assim, duas matrizes de experiências, misturadas nos caminhos dos migrantes.

Dessa maneira, o inferno foi destinado ao “explorador moderno, vândalo inquieto” que teve de enfrentar uma Amazônia personificada enquanto *virgem renitente*, resistente “à violência dos estupradores”, que farejavam riquezas contidas na floresta, consagradas pelo capital, visadas pela ebulição da indústria internacional. Contudo, esta leitura guarda homogeneizações do ponto de vista historiográfico, levando-se em conta que havia uma grande diversidade destes “vândalos inquietos”, que tinham inúmeras motivações na busca da Floresta. Portanto, devem ser situados

neste processo os trabalhadores que empreenderam a travessia visando melhorias (não necessariamente “guiados” pela atração do capital) como os muitos saídos da província do Ceará por contingências sociais e/ou em diálogo com os Paroaras. O *Inferno Verde*, nesse sentido, apresentava-se para milhares entre doenças, dívidas e saudades.

Mas, não se pode esquecer que este inferno forjou-se a partir da transmutação de um *Paraíso*, atrelado ao mundo das águas, aos lampejos de riquezas guardadas nos seringais, de onde escorria o ouro negro desejado pelo capital. A Amazônia estabeleceu-se como fronteira quando um horizonte de possibilidades se abriu no bojo das travessias humanas (construtoras e portadoras de imagens da floresta) que espalharam pelo Brasil imperial representações vindas de diversas fontes (memórias, literatura, imprensa, Estado, etc), ajudando a encarnar o verbo migrar para muitos.

O engendramento desse contexto encontrou eco entre muitos trabalhadores na província do Ceará, que através do regresso de migrantes patricios vindos da Amazônia recebiam notícias das possibilidades de uma gigantesca *Fronteira Verde*, configurada, seguramente, antes da migração, mais como Paraíso que Inferno. É importante salientar as contingências sociais vivenciadas pelos cearenses, através da precária subsistência, violência dos grandes proprietários de terras, a ação rarefeita das políticas públicas na resolução de problemas sociais, destacando-se a seca dos anos 1877-1879, que dera um impulso ainda maior as migrações, que aconteciam crescentemente desde meados do século XIX.

A caminhada dos migrantes apresentava motivações diversas, tão dissonantes quanto às representações de Paraíso e Inferno atreladas a região amazônica. Então, inquirindo tal diversidade e tais dissonâncias, é importante questionar: como se ligaram as experiências migrantes com as facetas do Eldorado e Inferno Verde? Como se processou as mediações entre *Paraíso e Inferno*?

A resposta a esses problemas encontram-se nos rastros da vivência migrante, em suas leituras de mundo vinculadas a Amazônia, como atrativa e/ou repulsiva, possibilidade operada com as mudanças vivificadas antes e depois da chegada na floresta. Com base nesta argumentação faz-se necessário desenvolver reflexões sobre as ressignificações dadas pelos migrantes às imagens sobre a Amazônia, isto baseado nas suas experiências enquanto trabalhadores em movimento.

A INVENÇÃO DO *INFERNO* AMAZÔNICO.

A vasta e diversa Amazônia estabeleceu-se durante o século XIX como foco da sanha da industrialização internacional. Em meio a opulência da natureza, da grandeza de rios e matas, foram encontradas árvores que guardavam uma revolução produtiva, as seringueiras, portadoras do látex, do cobiçado *ouro negro*. Aí estavam postos os componentes que envolveram a planície amazônica num outro momento de sua História, que teve no *boom da borracha* sua característica marcante, período de significativo crescimento demográfico, da renda, da infra-estrutura de transportes, que emprestaram outras feições, por exemplo, as cidades de Belém e Manaus, enriquecidas, pólos dos negócios gomíferos de exportação.

Além disso, operava-se por detrás e imbricada a essa fachada do desenvolvimento econômico um processo histórico de gigantescas proporções, qual seja, a travessia de muitos homens e mulheres, que espalharam-se pelo vale amazônico em busca de melhorias, alternativas aos problemas encontrados em seus lugares de origem. Nesse quadro, localizamos milhares de migrantes saídos da província do Ceará, que penetraram pelos rios até as terras do atual Acre, naqueles tempos ainda território boliviano e peruano. Muitas destas pessoas foram se estabelecendo na floresta dedicando-se ao corte da seringueira, em evidência devido ao crescimento das exportações, alcançando a maior demanda (a partir de 1852 até a decadência na primeira década do século XX) “mesmo diante da diversidade de produtos como o cacau, o açúcar, a castanha, o grude de peixe, a piaçava e outros, que continuavam a ser negociados”¹⁷.

Nos caminhos da exploração dessas riquezas foi sendo processado o cotidiano do trabalho nos seringais, que causava estranhamento a maioria dos trabalhadores, estes vindos de lugares distantes, como no caso dos cearenses. O corte da seringa era organizado a partir de uma longa cadeia de *aviamento*, forjado no decorrer do século XIX, que desaguava num regime de trabalho altamente coercitivo, que enclausurava as esperanças dos migrantes dedicados ao extrativismo da *Hévea*. Estes eram presos as dívidas, submetidos a doenças e as distâncias, que praticamente minavam as possibilidades de um breve retorno a terra natal. Nesse sentido, o *rush* gomífero foi portador das sementes de um *inferno amazônico*, erigido e vivenciado através das

agruras de seus trabalhadores, que reelaboraram em seu cotidiano as mensagens inebriantes da atração do capital, lhes dando outros significados.

A representação da Amazônia como *Inferno Verde* esteve intimamente ligada com a trajetória dos trabalhadores na labuta pelo látex. A transmutação da floresta em lugar de agonia e de morte foi possível em acordo com as mudanças ministradas, grosso modo, pelas novas feições dadas a sociedade amazônica no bojo da economia gomífera. Para compreender melhor esta argumentação segue o raciocínio de Neide Gondim:

Acoplado à borracha, o capital mercantil e o capital industrial exerceram seu poder devastador, ajudaram a mudar as mentalidades, destruíram culturas, forçaram o homem a encarar-se e a tomar consciência. Na dança frenética da modernidade, escravizam-se homens, fortunas crescem com a mesma rapidez com que desaparecem, tangidas pelas ações das indústrias da borracha.¹⁸

Diante do poder devastador das forças do capital, segundo Gondim, houve mudanças nas *mentalidades*, que “forçaram o homem a encarar-se”, ou seja, a refletirem sobre seu posicionamento no *boom* gomífero, identificando seus problemas, que substituíam as sonhadas mudanças para melhor desvanecidas pelo atroz regime de trabalho. Essa postura alcançou a dimensão das representações sobre a Amazônia espalhando-se entre os migrantes, misturando-se a imagem de opulência publicizada previamente como atrativo da fronteira, aumentando, assim, as tensões no terreno das representações do mundo amazônico, que passou a sustentar dois conceitos antagônicos, *Eldorado* e *Inferno Verde*.

A sedimentação dessas imagens podia ser percebida, por exemplo, nos nomes que intitulavam as localidades ribeirinhas no curso dos rios, analisadas por Euclides da Cunha em sua passagem pela Amazônia no início do século XX, momento em que o autor entrou em contato, através das nomenclaturas, com ecos da História daquelas pessoas, que estavam em sintonia com as várias representações construídas sobre floresta. Nessa perspectiva, analisa-se, pois, o comentário Euclidiano sobre tal processo histórico:

(...) das primitivas e das recentes povoações. Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento e de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...* De outro um forte renascimento de esperanças e a jovialidade

desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...*¹⁹

A região amazônica para Euclides era uma terra sem História, onde os humanos eram intrusos portadores dos germens da “civilização”, com seus conhecimentos amesquinçados, obscurecidos diante da grandeza tumultuária da natureza. Ali, segundo o autor, a floresta executava o papel de algoz das pretensões exploratórias de muitos homens, que invadiam o território de outros tantos, estes caracterizados como índios, inimigos *daquela História* a que se refere Euclides, quase confundidos (ou mesmo confundidos de fato) com a desordenada e colossal natureza. O gênero dito “civilizado” estaria fadado a uma vida de gigantescos sacrifícios, enfrentando dia-a-dia a ferocidade de uma natureza que só se deixaria “domar” à custa de muitas vidas, de muitas lutas, capitaneadas pelo trabalho extenuante e sistemático, arma humana para debelar a natureza.

Nessa empreitada penosa estavam situados os trabalhadores migrantes, que para Euclides iam escrevendo os primeiros fatos, mesmo *esparsos e desunidos*, da tal terra sem História. Analisando estas referências colhidas por Euclides na Amazônia, considera-se que as denominações dos lugarejos na floresta podiam representar aspectos do cotidiano vivenciado, de como aquelas pessoas externavam suas idéias (ou sentimentos, que também são idéias, e vice-versa) em forma de palavras, de exclamações, que traduziam suas visões de mundo.

A chegada, os primeiros contatos, o estranhamento, a agonia da saudade da terra distante, eram materializados em “grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: *Valha-nos Deus, Saudade, São João da Miséria, Escondido, Inferno...*”, caracterizando experiências carregadas de pesar e sofrimento. Assim, as cores de um *Inferno Verde* se fortaleciam, cobrindo de arrependimento o migrante que lamentava, nestes moldes, a travessia. Desse modo, tem-se mais elementos que certificam as representações conturbadas dos trabalhadores migrantes na Amazônia.

Entretanto, ainda analisando o testemunho de Euclides da Cunha, havia também a leitura da floresta partindo de lugares com nomenclaturas que traduziam contentamento e esperanças, que informavam sobre “a jovialidade desbordante das gentes redimidas: *Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia, Paraíso...*”. Isto deixa entrever outras interpretações do mundo amazônico,

onde estão presentes mensagens positivas, que transparecem prosperidade mesmo diante das dificuldades do cotidiano do trabalho amazônico, contrapondo, assim, as representações negativas de outras tantas tabuletas encontradas pelos rios da região.

Qual seria, então, a fonte das diferenças entre as representações de locais com nomes de “São João da Miséria” e “Novo Encanto”? A resposta a este problema passa pela constatação de que as experiências dos trabalhadores na floresta não eram homogêneas, havendo, portanto, um misto de martírio e contentamento configurados nas vivências cotidianas. Por isso, torna-se imperativo questionar: o que possibilitou o engendramento dessa diversidade de experiências? Talvez, a resposta esteja no tempo de permanência em meio a Floresta, levando-se em conta que os iniciantes sofriam com o processo de adaptação, com o impacto do estranhamento e das mazelas da sociedade do trabalho extrativo. Estes trabalhadores estavam ainda por se habituar a labuta, caracterizados como “brabos”. Outros, porém, depois de longos anos de trabalho eram *redimidos*, transformando suas feições, incorporando maneiras e hábitos de vida em meio a floresta, tornando-se “mansos”, conhecedores dos caminhos das matas e igarapés, e também das sutilezas da sobrevivência em meio ao Inferno Verde.

A “brabeza” ou a “mansidão”, desse modo, estavam interligadas às lutas pela sobrevivência na floresta, esta grandemente vinculada aos seringais que iam se tornando (no correr dos oitocentos) pólos de aglutinação dos migrantes que buscavam a Amazônia. Considera-se, assim, que ser “brabo” significava ser renitente, estranho ao trabalho, enfrentando os medos, os receios, justapostos nos ritmos da faina na Amazônia. Em contrapartida, o somatório da labuta, dos anos de dívidas, de isolamento, de convivência com as doenças, forjavam o “manso”, entre os que conseguiam escapar à morte diante das dificuldades de um cotidiano de trabalho altamente coercitivo. Para melhor compreensão dessa argumentação segue a reflexão de Eurípedes Funes:

Na arte de se tornar seringueiro o triste deserddado, ou esperançoso, do nordeste vai moldando sua vida à nova realidade, de brabo passa a manso, aprende a domar uma outra montaria, a canoa, e as pegadas do rio são marcas do tempo. Sua alma torna-se tão profunda quanto os rios: vivazes, agitados, inquietantes como as águas das superfícies (...). No interior da selva constroem seus diálogos e à hora de soltar os gritos.²⁰

A vida que ia se “moldando à nova realidade” também a modificava, com rasgos de agonia ou de sucessos, forjando as representações da realidade amazônica, tendo por base as intervenções e mediações entre migrantes e a sociedade espalhada pela Fronteira. Essa

perspectiva é ainda ligada a “cultura sertaneja, na qual o *real* e o *concreto* nunca se separam do *ilusório*”²¹, reforçando frente a Amazônia uma grande diversidade de imagens, como atrativa ou repulsiva, como *Eldorado* ou como *Inferno Verde*. Isto implica dizer que as referências relacionadas à acumulação de bens ou ao ambiente atroz foram propagadas após o retorno de alguns desses sertanejos migrantes, pois além das notícias das doenças, do trabalho altamente coercitivo, da grandeza das águas e seus mitos, também chegava ao sertão a visão das possibilidades de prosperidade, de enriquecimento, fortemente estabelecida durante o *primeiro surto da borracha*.

REALIDADES DO *ELDORADO* PARA O MIGRANTE.

Que infinidades de pessoas não vi eu nas fataes eras de 25, e 45 finarem estorcendo-se nos horrores da fome e da sede na minha terra porque pela falta de ao menos um mez de chuvas não poude a terra dar o pão quotidiano. E aqui sempre o inverno continuado, e o solo incessantemente a produzir todo e qualquer fructo, que d'elle se exigir.

Quantos sustos, prejuízos e lágrimas não ha no Ceará e províncias limitrophes todos os annos, quando as chuvas annuaes, demorando-se em aparecer fazem entrever uma horrível *secca!* Entretanto aqui até o nome de *secca*, esse terrível e voraz damastor d'aquelles paizes, é inteiramente desconhecido! Abismado n'estas e outras contemplações, era para mim um mistério humanamente inexplicável, não só a aglomeração do povo n'aquellas pobres províncias, como tambem a nenhuma população d'este vasto e rico Amazonas [...]²²

Para identificar os elementos que baseiam a construção da imagem do *Eldorado* amazônico para os migrantes faz-se necessário dialogar com a dimensão dos anseios, de representações de um mundo diferente do qual se migra, ou seja, que continha em seus significados a redenção de problemas. As dimensões do *Eldorado* amazônico tiveram sua gênese no exame, por parte dos trabalhadores migrantes, dos problemas enfrentados cotidianamente, que serviram como norteadores da elaboração do conceito a partir de *contrapontos*, de antíteses que marcavam as diferenças entre o que era estorvo no Ceará, e o que era um animador porvir na Amazônia. Com isso, torna-se salutar a análise da trajetória dos problemas enfrentados na província do Ceará no período aqui analisado, isto em sintonia com as leituras que foram sendo construídas sobre a Fronteira Verde nas idas e vindas dos migrantes, e a associação e distinção entre as insatisfações daqui e as esperanças de lá.

Mais uma vez, para refletir sobre a problemática aqui abordada, recorre-se ao testemunho do “Caboclo Velho”, editado no jornal *Retirante* em 1877. A primeira referência importante a sublinhar no discurso deste migrante diz respeito a presença de

momentos marcados por estiagens, pois nas palavras do Caboclo muitas pessoas “nas eras de 25, e 45 finaram-se estorcendo-se nos horrores da fome e da sede”, portanto, fazendo alusão a dois anos de seca, respectivamente 1825 e 1845. As lembranças associadas a esses tempos são marcadas pelo sofrimento, que nascia da caracterização da seca como cúmplice da miséria, pois nas palavras do Caboclo “pela falta de ao menos um mez de chuvas não poude a terra dar o pão quotidiano”. Ao recorrer a essas memórias de sua terra o migrante logo se ocupou da comparação entre as agruras vividas no passado com o horizonte de possibilidades que se abriam contidas na Amazônia, posto que lá existia “um inverno sempre continuado, e o solo incessantemente a produzir todo e qualquer fructo, que d’elle se exigir”. Isto deixa entrever que a percepção positiva da floresta estava imbricada a inexistência de secas, diferente da terra natal, onde eram testemunhados “sustos, prejuízos e lágrimas” diante das estiagens, desconhecidas no território amazônico. Assim, temos o indício de que a ocorrência de estiagens na província do Ceará influenciava na elaboração dos discursos sobre a opulência da Fronteira Verde, subsidiando o *desejo* de migrar, e o *iludimento* que se destacava pela larga quantidade de terras e águas na região amazônica

Entretanto, não pode ser esquecido que ao contrário do Ceará (que sobrevivia basicamente da agricultura e pecuária) o território amazônico tinha como motor de suas riquezas o extrativismo, e nesse sentido, a associação do “inverno” à riqueza elaborada a partir do Ceará, não tinha correspondência similar na Floresta. Dessa maneira, a transferência dos anseios sertanejos para a Amazônia não tinham lastro na realidade, pois a imagem do *Eldorado* (ao contrário da grandeza das águas) foi associando-se aos lucros dos negócios da borracha, que passavam longe das mãos da maioria.

Este processo era acompanhado de perto pela imprensa que abordava de maneiras diversas e conflituosas a problemática das migrações. Por exemplo, nas páginas do Jornal *Retirante* externava-se uma grande insatisfação com as migrações do Ceará para a Amazônia, enfatizando a riqueza ilusória daquela Fronteira, que não remetia sua opulência em benefício dos que emigravam. Com estas intenções o jornal paulatinamente publicava testemunhos (como os do Caboclo Velho), e também matérias de outros jornais, marcadamente folhas vindas do “Norte”, visando informar a sociedade em geral a respeito das condições a que a população migrante cearense estava sendo submetida na Amazônia. No intuito de discutir esses fatores destaca-se um trecho da edição do *Retirante* de 24 de outubro de 1877, onde transcreve uma matéria extraída

do jornal *Amazonas* (mas não informa a data deste), onde existem referências da trajetória migrante, do “estado lastimável d’aquelles infelizes”:

Açoitados pela miséria, de preferência os cearenses tem procurado o valle do Amazonas e uma grande parte d’elles lá vai no caminho dos seringaes, esse *el dorado* tão ambicionado, mas do qual em vês de extrahir-se ouro só se extrahe lágrimas e sangue.

Pois bem: os cearenses emigram para o Amazonas, o Amazonas não tem lavoura, está pobre, ás portas da indigência [...] tudo o mais é illusório, é um engano; o Amazonas sem população precisa de emigrantes, os emigrantes chegam, elle os despreza!²³

O jornal enche suas palavras com um tom pesaroso, por um lado pelo fato dos migrantes se dirigirem aos seringais, e por outro pela ausência da lavoura, que poderia ser a chave do desenvolvimento, caso fossem aproveitados os braços dos que chegavam. O discurso carrega-se dos interesses que objetivavam transformar a região amazônica pelas vias do cultivo da terra, num esforço de dar outras feições àquela economia baseada, em grande medida, no extrativismo. O jornal enfatiza em suas palavras o difícil cotidiano dos seringais, deslegitimando a promessa da faina do látex para os trabalhadores, afirmando que deste “el dorado tão ambicionado em vês de extrahir-se ouro só se extrahe lágrimas e sangue”.

Chega-se a constatação de que “tudo o mais é illusório, é um engano”, desvanecendo a representação de um *Eldorado* frente aos migrantes, ou seja, a realidade do território amazônico encontrava-se aquém das idealizações. Por isso é interessante perceber que apesar da grandeza das águas, da produção diversa da floresta (contendo a ebulição dos seringais), para a maioria dos trabalhadores as esperanças não eram correspondidas e o Eldorado convertido em embuste.

O testemunho do Caboclo Velho ajuda no entendimento deste processo, levando-se em conta o início de sua travessia (tomada de admiração, comparações entre a opulência da floresta e a miséria no Ceará) e o percurso final para o rio Purus, quando suas opiniões transformavam-se na medida em que ia colhendo informações das atividades ali empreendidas, perguntando aos cearenses já estabelecidos no local. As respostas dos patrícios enumeravam uma série de razões para o arrependimento da travessia, o que evidenciava para o velho migrante uma realidade diferente da qual este ansiava:

Ignorante do modo de viver, e negociar-se n’estas águas, comecei a informar-me dos diversos cearenses que nas barracas ia encontrando, sobre o estado de *riquezas* em que

se achavam? Então todos *una voce* diziam-me: ah! meu pobre velho, em que desgraça veio você cair no seu ultimo quartel de vida! Aqui o nome de riqueza e liberdade já está riscado das nossas imaginações; aqui nem sequer vive-se; morre-se em tormentos! Esses perfidos patrões, que V. por aí vê, são o refugio da sociedade humana, são os usurários mais desalmados do mundo; elles próprios vendidos não pagariam a centésima parte que devem no Pará, e entretanto vendem-nos aqui os objetos de primeira necessidade por 100 vezes mais do custo d'elles no Ceará; exemplo: lá na sua Meruoca custa uma terça da melhor farinha 50 reis, aqui, igual porção e podre, custa 5\$000! E o mais tudo é n'este gosto.

Agora enquanto voce vai de viagem não nos acreditara, porém breve achará ser ainda mais do que dizemos; aqui por mais que se trabalhe, e se economise, nunca se salda contas com o patrão, pelo contrario a divida cresce espantosamente e sempre!²⁴

As inquirições diante daquele mundo de águas e suas possibilidades iam tendo respostas de caráter negativo, pois para os cearenses consultados pelo Caboclo Velho o “nome de riqueza e liberdade” já não existiam, “riscadas das imaginações”. A ênfase do discurso recai sobre as dificuldades, referentes ao endividamento, aos preços abusivos, desaguando num somatório de insatisfações, tão grandes que “sequer vive-se; morre-se em tormentos!” Nesse sentido, entram em cena as facetas de um arrependimento da travessia, pois a decantada Amazônia não correspondia aos anseios, não entrava em concordância com a representação do *Eldorado* que povoava as mentes dos migrantes.

Levando em conta estes fatores, o estorvo do arrependimento dera forças ao redimensionamento das representações do Eldorado, ou melhor, seu deslocamento, isto ao passo que ia entrando em cena a saudade da terra natal, fortalecida pelas dificuldades cotidianas na Amazônia. Esse quadro reforça a imagem, por exemplo, de um Ceará que não era tabula rasa de estiagens, detentor, portanto, de fartura e bonança, presentes nas memórias dos migrados para a Floresta. Assim, tratando da análise dessas representações fica patente sua constante recodificação em função das experiências sociais vividas.

Nestas memórias o sertão cearense aparecia como lugar de opulência, mesmo que condicionada a presença de chuvas regulares, garantia de sobrevivência. O “bom inverno” era sinônimo de riqueza, condição para boas colheitas, para a alimentação do gado, ou seja, se os “bons invernos” atingissem anualmente a província, esta seria lembrada somente pelas suas riquezas. A manifestação dessa representação é testemunhada por Freire Alemão, que esteve no Ceará em 1859 a cargo da Comissão Científica de Exploração, dando uma enorme contribuição para os estudos históricos sobre a província. Em 7 de setembro daquele ano ele escreveu:

Eles fazem uma idéia tão exagerada da sua província, que no seu entender é em tudo superior as outras; e o seu estribilho é sempre “Dêem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode fartar a todo o Império”.²⁵

Esta mensagem caracterizada como “estribilho” por Freire Alemão dá vazão à imagem de um Ceará de habitantes orgulhosos, pois na visão do cientista estes faziam “uma idéia tão exagerada de sua província, que no seu entender é em tudo superior as outras”. No entanto, mesmo dentro deste tom ufanista é feita uma ressalva com relação ao regime de chuvas, que são pronunciadas como condição indispensável para o asseguramento da prosperidade, pois segundo o provérbio existindo inverno “dois meses só, todos os anos” seria suficiente para a sustentação da província, e quiçá de todo o Império. Esta representação de um Ceará de farturas tomava fôlego nas memórias de muitos emigrados desiludidos com os caminhos que a vida ia tomando na Amazônia, dando-lhes motivos para pensar no retorno para o “torrão natal”, que estava presente não somente em suas lembranças, mas também nos nomes dados aos lugarejos, ou até vapores, na Floresta.

O intento de voltar ia tomando corpo, porém, como fazê-lo? Se as dívidas, a coerção patronal, o isolamento, as doenças, enfim, o *Inferno Verde* pronunciava-se contra tal vontade, assim, o mais das vezes este impasse só tinha fim através da morte. Portanto, a maioria desses trabalhadores mesmo com vistas em voltar não o faziam, e com o tempo iam sendo *amansados* pelas condições adversas, deixando de ser *brabos*, e incorporando os mundos da floresta a suas referências de sobrevivência. Dessa maneira, o débil retorno desses sujeitos dificultava também que uma imagem negativa da Fronteira Verde fosse publicizada de fato no Ceará, deixando terreno aberto ao discurso dos Paroaras, que fortaleciam o símbolo do conterrâneo que foi ao “Norte” e prosperou, posto que ao retornar buscava outros patrícios dispostos a apostar a sorte, a seguir seu mesmo caminho.

Assim, é possível entender como o movimento migratório entre a província do Ceará e a Amazônia foi tomando corpo a partir da perspectiva dos migrantes. É importante salientar que esta afirmação não tem a intenção de excluir outros fatores e outros sujeitos que logicamente existiam, mas de reforçar o viés metodológico deste trabalho, que tenta enxergar através das fontes a fala dos migrantes, e suas ações enquanto sujeitos das migrações.

Nesse direcionamento no próximo tópico será discutido como a experiência migrante influenciou ações do Estado no conturbado ano de 1877, momento do início da grande estiagem que atingiu a província do Ceará, e que serviu de “divisor de águas” no fortalecimento e sedimentação das migrações de cearenses para o território amazônico. Naqueles tempos operava-se a elaboração de ações dos poderes públicos em função das multidões de retirantes que batiam as portas de Fortaleza, a quem foram disponibilizadas muitas vezes passagens para no “Norte”. Mas, por quê?

DO INFERNO CAUSTICANTE AO INFERNO VERDE.

A emigração está ahi está a provar à toda luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia ampará-lo.

É pungente a scena que testemunhamos a bordo de todos os vapores que seguem para o Norte. Centenas d’essas vítimas vão procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato os nega!²⁶

A problemática das secas durante a grande estiagem de 1877-1879 alterou de modo significativo as características do fluxo migratório que vinha se fazendo entre Ceará e Amazônia nos oitocentos, principalmente no que diz respeito ao grande aumento dos sujeitos envolvidos nesse processo, considerando, além dos próprios migrantes, as ações do Estado.

A ausência de chuvas nos primeiros meses de 1877 prenunciava tempos difíceis que há muito os habitantes do Ceará não vivenciavam. O ultimo registro de seca datava de 32 anos antes, no ano de 1845, e ainda assim, não tendo o tamanho impacto social da estiagem que iniciara em 1877, seguindo nos anos de 1878 e 1879. No seio dos problemas potencializados pela seca estava o afluxo de milhares de migrantes, classificados como *retirantes* pela imprensa e poderes públicos, que rumavam para os núcleos urbanos em busca de auxílio, em seu maior contingente para a cidade de Fortaleza. Muitos desses homens e mulheres, envolvidos nesse processo migratório, ao chegarem a Fortaleza ansiavam deslocar-se para além das fronteiras da província, sobremaneira, para “procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal os nega!”

O jornal *Retirante* posicionava-se fortemente contra o desencadeamento dessas migrações, elaborando agudas críticas ao governo de Estelita Cavalcanti Pessoa, Presidente da província do Ceará no ano de 1877, geralmente classificando o processo

migratório (principalmente o extra-provincial) como prova de “que o poder público abandonou este infeliz povo, justamente quando devia ampará-lo”. Para o jornal, portanto, o fluxo migratório fora planejado como recurso do governo frente aos problemas das multidões que chegavam a Fortaleza, no intuito de *desafogar* a cidade daqueles *vítimas*, incômodas presenças, percebidas como anacrônicas diante dos rompantes modernizadores e civilizatórios que grassavam em Fortaleza a época. Com isso, a leitura do jornal condicionava o destino dos migrantes às decisões do Estado, que no sentido de aliviar as tensões sociais teria *decidido eliminar* aquele povo enviando-o para o Norte. Este quadro destitui o migrante de sua capacidade de influenciar e interagir com outras forças sociais, relegando-os um papel secundário no horizonte das decisões, neste caso no que diz respeito ao direcionamento das migrações. Essa perspectiva evidenciava que o fluxo migratório teve sua gênese na seca de 1877, como se não houvesse uma ancestralidade das movimentações, e que a decisão do Estado em subsidiar a migração foi tomada como rompante de um poder público que abandonava o povo, que preferia enviá-lo para longe a tentar resolver de fato os problemas responsáveis pela problemática social alarmante.

Assim, constitui-se um duplo problema, primeiro, se as “margens pantanosas” do *Norte* eram percebidas como zona de sofrimentos, de morte, o que justificava então a troca do *Inferno Causticante* da seca, também problemático, pelo *Inferno Verde* da floresta? Segundo, baseado em *quê* os poderes públicos “optaram” pela Amazônia como alternativa para muitos dos “retirantes” que tomavam Fortaleza?

A primeira questão toca na construção do imaginário sobre a região amazônica nos oitocentos, que, nos tempos de 1877, já estava permeado pela presença do *ouro negro*, e logo, das referências ao difícil cotidiano nos seringais, que nessa época já tinha a presença de cearenses, não só como seringueiros, mas também como Paroaras e/ou donos de terras. Nesse contexto, apesar da sedimentação de uma imagem negativa do *Inferno Verde* nascida das experiências conturbadas nos seringais, a representação que majoritariamente chegava ao Ceará era a de outra realidade, esta pintada pelos Paroaras, que desempenhavam o papel de incentivadores das migrações para o Norte, bem antes da atuação dos poderes públicos. Portanto, a idéia de migrar para a região amazônica já existia como alternativa antes dos períodos de grande estiagem, inspirada no exemplo dos patrícios que retornavam, estes em sua grande maioria Paroaras, homens interessados justamente em afirmar uma imagem do “irmão que migrou e prosperou”,

ao ponto de voltar não para ficar, mas sim interessado em motivar outros a seguirem o mesmo caminho. Desse modo, ao desejar trocar o “Inferno Causticante” da seca pela Amazônia, os migrantes provavelmente ainda não tinham ciência em larga medida da representação do *Inferno Verde*, que apesar de existir, ainda não era grandemente publicizado entre os que almejavam buscar no *Norte* “os recursos que o ingrato torrão natal os nega”.

A segunda questão está envolvida com as interações que os poderes públicos foram construindo com a população migrante, e vice-versa (contrariando a idéia do jornal *Retirante*, que vitimizava o migrante em detrimento das ações do Estado), pois estes também foram responsáveis pelas decisões que endossavam a política de subsídio das migrações praticada no governo de Estelita Cavalcanti Aguiar em 1877. É preciso salientar que ao sedimentar-se a política de emigração, em períodos de seca, outros fatores foram sendo incorporados, como por exemplo, quando alguns dos migrantes ao invés de irem para a Amazônia, rumaram para o “Sul” (porém, tendo um menor alcance no que diz respeito à quantidade de trabalhadores emigrados do Ceará) com destino as fazendas de café, outra atrativa fronteira do Brasil, onde existia grande demanda por mão-de-obra.

Todavia, as forças do movimento migratório para Amazônia estavam enraizadas em experiências sociais anteriores, que impeliram as pressões pela migração diante dos poderes públicos, que tentavam, mesmo ainda distante de políticas públicas eficientes, solucionar os problemas. Daí, unidos os anseios dos migrantes e a política migratória tinha-se a sedimentação das travessias entre o Ceará e a Amazônia de milhares de trabalhadores, como se pode perceber na vasta lista de emigrados que ilustram páginas e mais páginas de jornais dos anos de seca dos finais do século XIX.

Emigração: No dia 25 do corrente seguiram para o norte, a bordo do vapor inglês *Bernard*, 169 emigrantes, que vão em busca de trabalho para manter sua subsistência.²⁷

[...]

Emigração: No vapor *Pará* seguiram no dia 19 para o norte 203 emigrados e ontem no vapor inglês *Cearense* 126, ao todo 329, entre homens, mulheres e creanças!!! Infelizes escravos! Lamentamos vossa sorte!²⁸

[...]

Emigração: A bordo do vapor *Pernambuco* seguiram em busca de trabalho 121 migrantes! Já se eleva à 1,139 o número desses infelizes!²⁹

Os vapores singravam a costa do Ceará rumo à bacia amazônica abarrotados de migrantes, a maioria auxiliados pelo Estado na travessia, pois este firmou parceria com as Companhias de Vapores, na condução dos migrantes para outras províncias do Império. Segundo Estelita, as Companhias de Vapores se “ofereceram” para o transporte dos trabalhadores em troca somente das “comedorias” que seriam disponibilizados pelo Estado:

Cumpro um dever registrando com o mais vivo reconhecimento os oferecimentos feitos pelas companhias de paquetes – brasileira, maranhense e inglesa – para conduzirem os retirantes, que desejassem emigrar para fora da província, pagando somente o governo as comedorias.³⁰

Ao estabelecer-se o recurso à migração através da subsídio dos vapores pelo Estado, houve um aumento significativo do número de pessoas que empreendiam a travessia rumo a Amazônia, crescendo cotidianamente, como se pode ver nas páginas dos jornais de 1877 (como no caso do *Retirante* que somava os registros dos emigrados, e discorria sobre seu número total). Esta tendência ganhou substância durante todo o período da seca, sendo alimentada pelo sempre maior número de pessoas que chegava a Fortaleza em busca dos “socorros públicos”, e também de um lugar nos vapores que se dirigiam para outras províncias.

Foi sendo estabelecida como ação do Estado uma política de subsídio das migrações, que teve por base a ancestralidade das movimentações de cearenses que desde períodos bastante recuados (se comparados ao ano de 1877), foram tecendo suas interações com a Fronteira Verde, seja empreendendo de fato a travessia, seja entrando em contato com as representações publicizadas com o retorno de outros migrantes, estes majoritariamente Paroaras.

Contudo, após o estabelecimento das ações do Estado no incentivo as migrações extra-provínciais como ficaram estes Paroaras em seu papel de retornar ao Ceará e arregimentar trabalhadores para a Amazônia? Será que sua atuação foi perdendo importância? A análise das fontes indica que não.

Os Paroaras eram sujeitos que lidavam diretamente com os trabalhadores, geralmente sendo uma pessoa conhecida entre os que o seguiam, e, além disso, ele guiava estes migrantes diretamente para a labuta que, em grande medida, situava-se no interior dos seringais. Para tanto, é interessante analisar mais uma vez uma matéria do

jornal *Retirante* que informa sobre a passagem de um tal “Benedicto Correia Lima” pela província do Ceará.

Com destino ao Pará

No dia 14 chegou da Uruburetama um tal Benedicto Correia Lima trazendo consigo 172 pessoas, que vai remeter ao Pará na primeira oportunidade.

Admira como a polícia não interveio ainda n’este negocio: pois é para causar graves suspeitas vir um indivíduo do Pará, atravessar a pé 30 léguas n’este tempo de um sol, abrasador, com o fim unicamente de facilitar a emigração para ali.

O pobre desconfia da esmola quando ela é avultada.

É, pois, conviniente que a policia tome conhecimento disto.³¹

As desconfianças levantadas pela folha se baseavam no questionamento das “boas intenções” de Benedicto, pois segundo jornal “é para causar graves suspeitas vir um indivíduo do Pará, atravessar 30 léguas [...] com o fim unicamente de facilitar a emigração para ali”. Portanto, estes receios tinham base na dúvida sobre as “boas intenções” de Benedicto, que seguramente era um Paroara, e por isso seus objetivos se aproximavam muitos mais do interesse em lucrar com a travessia desses trabalhadores, do que com a “ajuda” aos patrícios que viviam tempos difíceis com a estiagem.

Nesse sentido, temos uma idéia da complexidade dos fatores que engendravam o fluxo migratório, onde existiam múltiplos e diferentes atores, que agiam segundo interesses também, muitas vezes, distintos. A travessia dos trabalhadores migrantes para a Amazônia teve nos momentos de seca (marcadamente 1877-1879) um crescimento significativo, que influenciaram as características das migrações nos anos subseqüentes, sendo ou não marcados por estiagens. Não se pode esquecer também, que no final do século XIX operou-se o momento auge do *rush* gomífero, quando um número ainda maior de trabalhadores se dirigiram para a região amazônica, intermediados pelos *mensageiros* da Fronteira Verde, os Paroaras, e também pelo Estado que, como vimos, passou a subsidiar as travessias. E assim, a mistura de lamento e felicidade foi acompanhando a trajetória dos migrantes, que viveram, perceberam, elaboraram e fizeram seus caminhos.

NOTAS

¹ Biblioteca Pública Menezes Pimentel, setor de microfilmagem- 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutanahan, 28 de Junho de 1873. Apud in: *Retirante*, Domingo 12 de Agosto de 1877. rolo n° 036A

² O aviamento significava uma prática econômica baseada no endividamento ou crédito que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”. *Aviar* significava o fornecimento de alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos conseguidos na floresta. Esse tipo de modalidade econômica sobrevivia a partir da troca de mantimentos e mercadorias por matéria prima, que relacionava os centros urbanos, que sediavam as casas de importação e exportação, com os mais recônditos lugares da região amazônica.

³ Biblioteca Publica Menezes Pimentel, setor de microfilmagem - 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo 12 de Agosto de 1877. Rolo nº 036A

⁴ BULCÃO, Soares. *O Comendador João Gabriel*. In Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, Fortaleza, Tomo 46:25, 1932. p.29.

⁵ Idem. p.33.

⁶ Atualmente não disponível para pesquisa, mas felizmente foi publicado juntamente com outros artigos em formato de livro pela Universidade Federal do Ceará em 1973.

⁷ CARVALHO, José. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. Fortaleza: Edições UFC, 1973.

⁸ Imagem disponível em: http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Amazonas_Micro_BocadoAcre.svg

⁹ BULCÃO. Idem, p. 29.

¹⁰ Ibid. p. 32.

¹¹ BPMP, setor de microfilmagem - *Cearense*, 26 de Outubro de 1869.. Rolo nº085, números 145 ao 290.

¹² THEOPHILO, Rodolfo. *O Paroara*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

¹³ Relatório do Presidente de Província do Amazonas João Wilkens de Mattos, 25 de Março de 1870.

In : <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/79/000032.html>

¹⁴ REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. p31. p.32.

¹⁵ RANGEL, Alberto. *Inferno Verde (Scenas e Cenários do Amazonas)*. Tours, Typographia Arrault & Cª, 1927. p.281 – 282.

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.p17.

¹⁷ OLIVEIRA, Adélia Engrácia. *Ocupação Humana*. In. Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense. Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p 221.

¹⁸ GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p 212.

¹⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história: Euclides da Cunha*.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleções temas brasileiros. p 38.

²⁰ FUNES, Eurípedes. El Dorado no Inferno Verde – *Quem vive no inferno se acostuma com os cães*. In. Gonçalves, Adelaide e Eymar, Pedro (orgs). *Mais borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfico, 2008. p. 4

²¹ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996. p.312.

²² BPMP, setor de microfilmagem - 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo 12 de Agosto de 1877. Rolo nº 036A

²³ BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, 24 de outubro de 1877. Rolo nº 036A

²⁴ BPMP, setor de microfilmagem - 2ª carta do “Caboclo Velho” ao redactor do *Cearense*, Hyutananhã, 28 de Junho de 1873. In: *Retirante*, Domingo 12 de Agosto de 1877. Rolo nº 036A

²⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p.83.

²⁶ BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, Domingo 29 de Julho de 1877. Rolo 36A

²⁷ BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, Domingo 29 de julho de 1877. Rolo 36A

²⁸ BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, Domingo 26 de agosto de 1877. Rolo 36A

²⁹BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, Domingo 16 de setembro de 1877. Rolo 36A

³⁰ Relatório do Presidente de Província Estelita Cavalcanti Pessoa referente ao ano de 1877. Disponível em: <http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u218/000030.html>

³¹ BPMP, setor de microfilmagem - *Retirante*, 19 de agosto de 1877. Rolo36A